

PANDEMIA E PRIVATIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO BÁSICA PAULISTA: NÃO EXISTE APLICATIVO GRÁTIS¹

Carolina Barbosa Gomes Figueiredo Filho - UNICAMP, <carolinafilho@gmail.com>

João Batista Silva dos Santos - USP <joao.santos@usp.br>

Introdução

Ao observarmos as políticas educacionais desenvolvidas pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (SEDUC), verifica-se que para lidar com a complexa realidade da rede de ensino e atingir os objetivos estabelecidos pela nova postura gerencial da Administração Pública pós anos 90, a saber, reduzir gastos com serviços sociais, uma das alternativas foi a progressiva ampliação do papel dos agentes privados junto à elaboração e execução de políticas (ADRIÃO et al., 2009).

Em relação a essa tendência, o estado de calamidade pública reconhecido em âmbito Federal e, por sua vez, no âmbito Estadual, devido à pandemia que acomete a população mundial desde meados de março de 2020, resultou em ações imediatistas da SEDUC com vistas a buscar garantir uma infraestrutura informacional para a continuidade do ano letivo de forma remota.

Tais ações, que avaliamos serem necessárias muito antes de uma pandemia avançar contra a comunidade escolar, já que presenciamos uma nova realidade no que diz respeito ao uso das Tecnologias Digitais de Comunicação e Informação desde pelo menos a virada para o século XXI, garantiram muito mais uma janela de oportunidades às parcerias público-privadas do que efetivamente o estabelecimento de uma política sólida de inclusão digital de uma rede tão complexa.

O chamado “ensino remoto” implementado de forma improvisada desde abril de 2020 na rede estadual de ensino do Estado de São Paulo (REE-SP) acentua processos e tendências, em especial, a privatização da educação, levando-os a uma escala de grande magnitude. Sob a justificativa de que a rede de ensino precisa se adequar ao chamado “novo normal”, a SEDUC fomenta a abertura abrupta da educação básica à grandes empresas do ramo de tecnologia, plataformas virtuais e aplicativos, a

¹ Parte dos dados aqui apresentados foram apresentados no artigo "Pandemia: janela de oportunidade para a privatização na educação básica paulista", de mesma autoria, e submetido à avaliação para publicação (no prelo) à revista Humanidades e Inovação, editada pela Universidade Estadual do Tocantins (Unitins).

fundações e institutos vinculados ao “negócio educacional” como único caminho possível para a escola pública diante do contexto da crise sanitária.

No caso do estado de São Paulo, em pouco mais de 30 dias da decretação do isolamento social, a maior rede pública de ensino do país foi tomada por uma maré de serviços, aplicativos e plataformas privados que reconfiguraram as relações pedagógicas e o caráter público da educação.

Metodologia

A compreensão e análise do processo — que ainda está em curso — durante esse período foi possível a partir da utilização de dados de contratos e termos de cooperação firmados pela Secretaria de Educação (SEDUC) em meio à pandemia, acessados via Serviço de Informação ao Consumidor (SIC) ou disponibilizados nos veículos oficiais do governo estadual.

De porte destes documentos legais obtidos via internet no site da Secretaria da educação ou no site do aplicativo Centro de Mídias da Educação de São Paulo (CMSP)², foi possível realizar um levantamento das parcerias estabelecidas assim como levantar questionamentos sobre os objetivos das mesmas.

Resultados e Discussões

Para além dos gastos publicizados no site da SEDUC, os principais eixos que estruturam o modelo de ensino remoto foram viabilizados com base em uma política deliberada de solicitar “doações” à iniciativa privada. De março a setembro, a SEDUC realizou nove Chamamentos Públicos para doação de bens e serviços relacionados ao novo contexto. Além disso, em um momento de crise e previsível queda de arrecadação, a Secretaria da Fazenda e Planejamento elaborou uma cartilha denominada “Doações de combate ao coronavírus - como contribuir sem incidência de impostos”, orientando pessoas físicas e jurídicas a efetivamente driblar os impostos sociais e oferecer privadamente serviços, produtos e, inclusive, dinheiro aos entes públicos sem qualquer oneração.

² Centro de Mídia da Educação de São Paulo. Parceiros. Disponibilidade em: <https://centrodemidiasp.educacao.sp.gov.br/parceiros/>. Acesso em: 15 set. 2020.

Desse modo, o próprio site do CMSP cita 16 “parceiros”, com o nome e logo de diversas marcas que aderiram aos Chamamentos. Entre as parcerias está o Grupo IP.TV, que presta serviços especializados de tecnologia de informação e foi o responsável pela criação e gestão do aplicativo CMSP, que é a plataforma nuclear do modelo de ensino remoto da REE-SP. O Grupo IP.TV doou seus serviços com um valor estimado de R\$ 4.450 milhões por 5 meses. Outras marcas divulgadas pelo site oficial que concentra as informações sobre o modelo remoto são de 12 plataformas educacionais privadas, em várias áreas curriculares e voltadas para diferentes níveis de ensino, são elas: Dragon Learn, Guten, Descomplica, Letrus, Mais Educação, Stoodi, Explicae, Matific, Joca, Imaginie, Mangahigh.com e Acerta Mais ENEM. Em valor estimado de doação, essas plataformas juntas somam mais de R\$ 481 milhões de reais. Também são publicizadas parcerias com canais de TV, cursos particulares preparatórios para o vestibular e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE).

O aplicativo Pic Pay também doou seus serviços de transação financeira e recebimento de recursos para o poder público estadual, com valor estimado correspondente a mais de R\$ 16 milhões, e atua como intermediador do programa “Merenda em Casa” entre o Estado e os responsáveis pelos alunos, recebendo as solicitações do benefício e realizando os pagamentos. Em menor quantidade, o governo recebeu doações de materiais de higiene e prevenção do contágio de empresas variadas, mas não foram exclusivas para a Secretaria de Educação e não foram divulgados os valores estimados destes itens. Os dados de doações foram obtidos sistematizados e tabelados para a pesquisa que este resumo expandido faz parte, entretanto, devido a limitação desse trabalho apresentamos apenas alguns exemplos das parcerias estabelecidas.

A empresa Stoodi Ensino e Treinamento à Distância SA é um caso das complexas relações do mercado educacional. Sua doação para a SEDUC alcançou a cifra superior a 125 milhões de reais, sendo a maior quantia estimada doada para a Secretaria de acordo com os dados levantados.

A "startup brasileira de educação", criada em 2013, como o próprio nome da empresa salienta, desenvolve uma plataforma de conteúdos voltados para estudantes que pretendem prestar os vestibulares/ENEM. Quatro anos após sua criação, em 2017, a

empresa foi comprada pelo grupo Somos Educação por aproximadamente 15 milhões de reais, um valor muito pequeno perto dos ativos de seu comprador. Um ano após esse pequeno negócio, a empresa Kroton Educacional, maior empresa do ramo de educação superior privada no Brasil, realiza uma negociação de compra da empresa Somos Educação pela cifra de 4,5 bilhões de reais. Importa explicar que a empresa Somos Educação já apresentava um controle considerável no mercado editorial brasileiro, possuindo editoras de peso como Ática, Scipione e Saraiva. Sob seu guarda-chuva, há a posse de diversas empresas que somam 19 marcas ao todo, entre editoras, colégios particulares, sistemas de ensino etc.

Com essa compra, a Kroton Educacional deu mais um passo no que chama de "mercado de ensino", após o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) vetar a tentativa de unificação entre as duas maiores instituições privadas de ensino superior do Brasil. Veto que se deu devido — de acordo com a decisão do Tribunal do CADE — "aos potenciais impactos concorrenciais identificados durante a análise da operação", ou seja, oferecimento de riscos à concorrência devido diretamente ao ato de concentração. Em outras palavras, a constituição de um monopólio do ensino superior privado no Brasil inviabilizaria o andamento da ordem normal das coisas, mesmo visto pela ótica do capitalismo.

Após o veto, a maior empresa de educação privada no país focou a educação básica com grandes objetivos de crescimento. A prova é sua reorganização estratégica realizada no início de outubro de 2019, quando a empresa anunciou a criação de uma holding com quatro subsidiárias e uma empresa de investimento em startups. As quatro subsidiárias focaram seus objetivos mercadológicos tanto na educação superior quanto na educação básica, distribuindo-se em: Kroton (Ensino superior); Platos (Prestação de serviços às instituições do ensino superior); Saber (Ensino na educação básica) e; Somos Educação e Vasta Educação (Prestação de serviços às instituições da educação básica); além da Cogna Venture Capital (investidora em startups).

O significado do caráter donativo carrega em si a ideia de que não haveria qualquer vantagem para os doadores e, assim, ameniza o caráter da relação mercadológica e dos interesses econômicos envolvidos e camufla os benefícios desses contratos para essas empresas.

Esse processo tem sido denominado de “nova filantropia” por Ball e Olmedo (2013), quando há uma diluição das fronteiras entre uma ação social, com sentido de generosidade e desprendimento, atitudes comerciais, financeiras e empresariais que envolvem a busca por metas e índices corporativos.

Conclusão

A REE-SP foi tomada por um novo conceito de Administração Pública pautado nas ações e intervenções dos agentes privados por meio de colaboração aparentemente desinteressada. Estabeleceu-se, portanto, um laboratório para experimentação de articulações ambiciosas entre o poder público e tais agentes vinculados ao negócio educacional e às tecnologias digitais - ironicamente apresentados com a roupagem da “filantropia” e das “doações”.

A pandemia estabeleceu o terreno fértil para a legitimação destas ações de forma que as tomadas de decisões futuras sobre a educação paulista sejam necessariamente encaminhadas com o peso desses agentes já introduzidos na estrutura educacional.

Por outro lado, além dos incentivos fiscais que a estrutura do estado oferece às grandes empresas, há ainda a ação publicizadora dos negócios destes agentes por parte daquele. Isto é, os agentes se beneficiam duplamente com as "doações", permitindo-lhes maior influência sobre a política educacional e maior lucratividade futura.

Referências

ADRIÃO, Theresa; GARCIA, Teise; BORGHI, Raquel; ARELARO, Lisete. Uma modalidade peculiar de privatização da educação pública: a aquisição de “sistemas de ensino” por municípios paulistas. *Educação e Sociedade*, Campinas, vol. 30, n. 108, p. 799-818, out. 2009.

BALL, Stephen; OLMEDO, Antonio. A ‘nova’ filantropia, o capitalismo social e as redes políticas globais em educação. In: PERONI, Vera (Org.). *Redefinições das fronteiras entre o público e o privado: implicações para a democratização da educação*. Brasília: Liber Livro, 2013.